

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Sheila Pedroso da Conceição

Bruna Pires dos Santos de Menezes

Giovana dos Santos Rodrigues

Paula Pires da Silva

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

O presente trabalho propõe problematizar as contribuições e os desafios do processo de implementação da proposta pedagógica presente na Política de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC para os professores alfabetizadores que atuam em classes populares. O PNAIC é um Programa de Formação Continuada, proposto pelo Governo Federal em parceria com Estados, Municípios e o Distrito Federal, que visa a formação continuada dos professores alfabetizadores que atuam em turmas do 1º ao 3º ano na rede pública. Para tanto, investigou-se a compreensão a respeito das contribuições e desafios do programa de formação sob a visão de três professoras do ciclo de alfabetização que lecionam numa escola pública, situada no município do Rio Grande – RS.

A investigação situa-se no campo da pesquisa qualitativa, e desenvolveu-se através da estratégia de questionário, aplicado com uma professora do 1º ano, uma do 2º ano e uma do 3º ano, todas participantes do PNAIC. As três professoras atuam na mesma escola e desenvolvem sua prática docente num contexto de classe popular, numa comunidade periférica que, na maioria das vezes, é vítima de vulnerabilidade social. Além disso, hoje temos uma escola que é para todos, trazendo para o professor desafios de saber lidar com a heterogeneidade e pluralidade dos estudantes.

Diante de tantas mudanças e desafios urge um (re)pensar das políticas educacionais que alicercem a alfabetização, a partir deste cenário surgiu o Pacto em 2012 num momento político em que a alfabetização é vista como uma prioridade para o governo. O programa investiu na formação e no aperfeiçoamento dos professores alfabetizadores, com o propósito de uma educação de qualidade e o aumento do número de crianças alfabetizadas ao final do 3º ano. De acordo com o exposto, o Caderno do Pacto, diz:

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças tem concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Assim, este Pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena meninas e meninos, até o 3º ano do ciclo de alfabetização. Busca – se para tal, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores. (BRASIL,2012, p.05)

Pode-se dizer que, a educação brasileira passou por muitas transformações sociais, econômicas e culturais, sendo uma delas e talvez a mais polêmica, a redução da idade das crianças que ingressam no Ensino Fundamental. Vale ressaltar que a idade mínima foi, por muito tempo, de sete anos. As discussões acerca da admissão da matrícula no Ensino Fundamental de 9 anos, a iniciar-se aos seis anos de idade se deu a partir de 1996 com a Lei nº 9.394. Em 9 de janeiro de 2001 a Lei 10.172 estabeleceu o Ensino Fundamental de 9 anos como meta da Educação Nacional.

Inserir todas as crianças de seis anos em um ambiente alfabetizador, dando-lhes maiores oportunidades de aprendizagem, foi um dos principais objetivos da aprovação do Ensino Fundamental de 9 anos pelo Ministério da Educação. A partir disso, tornou-se imprescindível uma reelaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas públicas, como um ponto de partida para recepcionar as crianças dessa faixa etária, considerando que reformulações e reflexões acerca da alfabetização e do letramento precisam ser revisitadas, para que se possa articular essas aprendizagens às necessidades e especificidades do desenvolvimento infantil.

Além do acesso à escola, esta Lei favoreceu o processo de ensino e aprendizagem uma vez que, possibilita um maior tempo para que as crianças se apropriem dos conhecimentos pertinentes à Alfabetização e ao Letramento e dos demais componentes curriculares pertinentes, aspecto importante quanto se trata de classes populares.

Para o alcance do objetivo de alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, as ações do PNAIC reúnem um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação, que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores, à qual já foi citada. Essas ações são complementadas por outros três eixos de atuação: Materiais Didáticos e Pedagógicos, Avaliações e Controle Social e Mobilização.

A execução das ações de formação continuada de professores respalda-se na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. A formação continuada como política nacional é

entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola, e pautar-se no respeito e na valorização dos diferentes saberes e na experiência docente.

No âmbito do PNAIC, a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores desenvolve-se em um curso presencial. Em 2013, os professores participaram de um curso com carga horária de 120 horas, objetivando, sobretudo, a articulação entre diferentes componentes curriculares, com ênfase em linguagem. As estratégias formativas priorizadas contemplam atividades de estudo, planejamento e socialização da prática. Em 2014, o curso teve a duração de 160 horas, com o objetivo de aprofundamento e ampliação de temas tratados em 2013, também com foco na articulação entre diferentes componentes curriculares, mas com ênfase em Matemática. Em 2015, foram implantadas as ações do programa em todas as áreas do currículo da Educação Básica em âmbito nacional, com duração de 80 horas o curso para os professores alfabetizadores.

Diante deste contexto de implantação do Ensino Fundamental de 9 anos e do PNAIC, desenvolvemos o estudo, que procurou compreender como as professoras que participaram do processo de formação do pacto e estão atuando no ciclo de alfabetização percebem as contribuições dessa política e seus limites para a qualificação do seu fazer docente. Nesse sentido, apresentamos a seguir alguns dos resultados encontrados.

A partir das falas das professoras participantes do estudo podemos evidenciar que os encontros do PNAIC propiciaram o repensar sobre a prática docente. Como evidencia a professora 3 *“As contribuições são sempre valiosas, nos fazem refletir sobre a prática aliando a teoria para que possamos ter um “norte” diante de tantas complexidades existentes na escola.”*

A professora 1 destacou que *“A formação dos encontros do PNAIC contribuíram na medida que proporcionou o pensar sobre a prática docente. Saliento principalmente o planejamento das aulas e o processo de avaliação diagnosticada da aprendizagem das crianças.”*

A fala das professoras vai na direção das reflexões de Imbernón acerca do processo formativo, quando diz que:

A formação permanente deveria apoiar-se, criar cenários e potencializar uma reflexão real do sujeito sobre sua prática docente nos centros e nos territórios, de modo que lhes permita examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc, potencializando um processo constante de autoavaliação do que se faz e analisando o porquê se faz. (IMBERNÓN, 2009, p.47)

Neste sentido, percebe-se o quanto é importante vivenciar uma prática pautada na ação-reflexão-ação, e a formação permanente é um espaço onde se potencializa essa construção.

Quanto as dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo de alfabetização das crianças de classes populares podemos registrar de acordo com a fala da professora 3 que *“No cotidiano da escola o professor tem enfrentado a falta de estímulo no período anterior à escola, a falta de acompanhamento familiar durante o processo, outros interesses além do aprender, a dificuldade em aceitar regras no espaço escolar, vivências permeadas por violência, agressividade, negligência e infância com traços adultizados.”*

Ainda neste sentido, a professora 2 destacou que *“O desafio percebido está na própria compreensão do grupo de professores de cada escola, cada professor precisa estar ciente da continuidade do processo e isso traz para a escola a urgência de diálogo entre os professores do ciclo, o entendimento da necessidade de um trabalho coletivo que visualize os compromissos, as dificuldades, as possibilidades e os limites de cada ano tendo em vista os direitos da aprendizagem e a realidade escolar.”*

A progressão continuada no processo de alfabetização é entendida pelas docentes como um processo contínuo que busca respeitar o tempo de cada criança e que isso exige uma metodologia que envolve diferentes níveis de aprendizagem trazendo desafios para o cotidiano escolar. É importante pensar, segundo elas que a progressão continuada tem como objetivo garantir o direito de aprender e não uma mera passagem de um ano para o outro, isso exige um trabalho qualificado de avaliação diagnóstica e contínua para a construção de estratégias de trabalho para os diferentes níveis de aprendizagem que vão se apresentando no processo. Cabe ressaltar que a clareza deste entendimento advém a partir da formação continuada.

Acredita-se na grande necessidade de desenvolver a formação continuada na escola, repensando as problemáticas do contexto escolar vivenciado pelos professores, entretanto a formação do PNAIC assim como em outros programas de formação oferecidos pelo governo são organizados de forma vertical, com caráter transmissor e uniforme. As formadoras, muitas vezes, como a professora 1 relatou: *“Elas trabalham as teorias que são pautadas nos autores e às vezes não relacionam as dificuldades da sala de aula.”* Indo ao encontro do pensamento de Imbernón (2009) as práticas de formação continuada advindas de reformas educativas apresentam o predomínio de uma teoria descontextualizada, válida para todos, estejam onde estiverem distante dos problemas práticos reais, com base num professor médio que não existe.

Ao questionar as professoras sobre a contribuição dos materiais didáticos e documentos oferecidos pelo PNAIC, destaca-se a fala da professora 1 *“O que senti mais dificuldade foi nos quadros de avaliação na área da linguagem – Língua Portuguesa. Mesmo tendo formação em letras- português achei os eixos muito complexos e que as próprias coordenadoras de estudo também sentiram.”* A fala revela o quanto é preciso que o professor participe da construção da proposta pedagógica e que os materiais tenham clareza em suas proposições.

Ao trilhar sobre as contribuições e os desafios do processo de implementação da proposta pedagógica do PNAIC, pode-se perceber que a contribuição mais importante foi a partilha de saberes entre os pares possibilitando a relação entre teoria e prática. No entanto a formação do PNAIC se constituiu verticalmente, possuindo caráter transmissor, não valorizando a autonomia do professor, sem contextualizar as problemáticas reais, como foi evidenciado nos relatos das professoras.

Acreditamos que não basta apenas aproximar a formação ao contexto escolar, é necessário gerar uma nova cultura profissional docente para vislumbrar a construção de uma nova prática educativa que proporcione o efetivo exercício da cidadania num movimento libertador, o qual incidirá na aprendizagem dos alunos. Sendo a escola o espaço mais profícuo para o desenvolvimento das ações de formação.

Referências

BRASIL. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade** / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **“Currículo na Alfabetização: concepções e princípios”**, Unidade 1, Ano 1, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009.